

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA: CORRENTES FILOSÓFICAS QUE INFLUENCIARAM E INFLUENCIAM O ENSINO E A PESQUISA EM GEOGRAFIA

José Erimar dos Santos

Doutorando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGe/UFRN e Bolsista Capes
zerival@gmail.com.br

Resumo

Este trabalho é uma tentativa de contribuir com o ensino do pensamento geográfico, buscando subsidiar as reflexões de estudantes ingressos no curso de Geografia. Objetiva-se discutir as correntes filosóficas que influenciaram e influenciam o ensino e a pesquisa em Geografia relacionando-as aos paradigmas e escolas geográficas. Para tanto, considera-se dois momentos. O primeiro detém-se às correntes filosóficas que influenciaram a formação científica da Geografia, destacando o positivismo e o historicismo. O segundo enfatiza as correntes filosóficas que influenciam o ensino e a pesquisa em Geografia, ressaltando-se o positivismo em sua versão renovada, o marxismo e as orientações de base fenomenológica. Por fim, tecem-se rápidas considerações finais e convidam-se os leitores a aprofundarem essa problemática, dentre outros, nos autores constitutivos das referências bibliográficas aqui mencionadas.

Palavras-chave: Geografia. Epistemologia. Correntes filosóficas. Ensino. Pesquisa.

INTRODUCTION TO GEOGRAPHY: PHILOSOPHICAL CURRENTS THAT INFLUENCED AND INFLUENCE THE TEACHING AND RESEARCH IN GEOGRAPHY

Abstract

This paper is an attempt to contribute to the teaching of geographic thought, trying to subsidize the reflections of students admitted in the course of Geography. This article aims to discuss the philosophical currents that influenced and influence the teaching and research in Geography relating them to paradigms and schools geographical. For both, it is two times. The first holds the philosophical currents that influenced the scientific training of Geography, highlighting the positivism and historicism. The second emphasizes the philosophical currents that influence the teaching and research in Geography, emphasizing the positivism in its renewed version, the marxism and the guidelines of phenomenological basis. Finally, weave-if rapid final considerations and invite the readers to deepen this problem, among others, in the authors constituting the references mentioned here.

Keywords: Geography. Epistemology. Philosophical currents. Teaching. Research.

1 Introdução

Já disse Manuel Correia de Andrade, em entrevista à Araújo e Fernandes (2002, p.132), que “não se pode saber Geografia, se não se estuda a história do pensamento geográfico”. Compreender a Geografia como ciência é analisá-la como um processo histórico, tendo em mente que o seu objeto de estudo é resultante de uma dinâmica de pensamento, tendo na Filosofia pressupostos importantes de entendimento dessa premissa, pois apesar de toda ciência ter uma maneira de abordar os fatos dos quais dizem respeito ao seu objeto de estudo pauta-se também em uma visão de mundo que a orienta. Nesse sentido, que

orientações filosóficas constituíram a formação do conhecimento geográfico e quais perspectivas didáticas ligadas a essas correntes fundamentam o ensino e a pesquisa em Geografia no atual período? Buscando contribuir com essa discussão, este trabalho discute, numa perspectiva epistemológica¹, as correntes filosóficas que influenciaram e influenciam o ensino e a pesquisa em Geografia, buscando relacioná-las aos paradigmas² e escolas geográficas.

É comum, na universidade brasileira, os alunos ingressarem no curso de Geografia com uma enorme carência de conhecimentos prévios fundamentais à compreensão e apreensão da introdução ao pensamento geográfico, dentre eles aqueles ligados à Filosofia. Isso se deve, em grande medida, ao fato de uma má formação no ensino fundamental e médio, decorrência da fragmentação do conhecimento e das políticas educacionais refletidas no currículo escolar, que acaba comprometendo negativamente a construção de noções fundamentais à construção futura de uma sólida e fundamental base epistemológica da ciência que estudam.

A ciência geográfica passou por várias fases ao longo de sua formação enquanto ciência, que repercutiram em seu método e seu objeto. Essas repercussões em sua maneira de perceber e proceder em seu fazer científico e ensino estão intimamente relacionadas às concepções filosóficas, que por sua vez respaldaram o modo de perceber, conceber e ensinar, pois as correntes filosóficas influenciaram as “[...] concepções sobre o homem, a natureza e o próprio conhecimento, que sustentam um conjunto de regras de ação, de procedimentos, prescritos para se construir conhecimento científico” (ANDERY *et al.*, 2006, p.14). Essas correntes são: o *positivismo*, o *historicismo*, o *positivismo lógico ou neopositivismo*, o *marxismo* e a *fenomenologia*, intimamente ligadas aos paradigmas da Geografia ao longo de sua evolução e, que de certa forma, trouxeram para o campo científico e ensino desta disciplina, *rupturas paradigmáticas* (KUHN, 1998), presentes em sua epistemologia.

2 Correntes Filosóficas que Influenciaram a Formação Científica da Geografia

Na discussão que envolve a construção de uma ciência, não se pode deixar de lado sua relação com a Filosofia. No caso da Geografia o objeto de estudo, hoje eleito pela maior parte da comunidade geográfica como sendo o espaço (espaço geográfico), tem forte relação com a Filosofia. Segundo Henri Lefévre (1975, p.132 *apud* SANTOS, 1988, p.9-10), “o conceito de espaço é muito elaborado pela filosofia”. Um rápido passeio pelo processo de institucionalização da Geografia enquanto ciência evidencia intrínseca relação Geografia-Filosofia. Isso mostra que o objeto de estudo da Geografia relaciona-se a diferentes visões paradigmáticas, que por sua vez estruturam-se em diferentes correntes filosóficas.

¹ A epistemologia é entendida como teoria geral do conhecimento. É o ramo da Filosofia que se ocupa do conhecimento humano. É um processo importantíssimo à ciência e, como a Geografia é parte do conhecimento precisa, a partir desse processo, está sempre buscando compreender como determinadas manifestações teóricas, metodológicas e didáticas a este processo está relacionadas. Ou seja, é preciso que a Geografia busque sempre saber como essas manifestações foram produzidas e que orientações a fundamentam enquanto ciência.

² Para Sposito (2001, p. 100) um paradigma “[...] se define, em termos gerais, pelo conjunto de idéias, teorias e doutrinas construídos com a intermediação do método [...]”. Dessa forma, paradigma é o conjunto de ações intelectuais que servem de modelo para estabelecer uma dada inteligibilidade da realidade. Na história do pensamento geográfico, foram vários os paradigmas e as mudanças de paradigmas, o que revela o dinamismo da ciência geográfica e sua relação no âmbito da ciência em geral, conforme já expressaram muito bem, dentre outros, Capel (1983), Livingstone (1993) e Gomes (2010). Todas essas mudanças estruturadas em correntes filosóficas, que acabaram constituindo-se nos próprios paradigmas. Segundo Corrêa (2011, p. 61), “a geografia contemporânea [a geografia de aproximadamente dos anos de 1970 aos dias atuais] caracteriza-se pela pluralidade de paradigmas”.

Enquanto ciência sistematizada, a Geografia surge no final do século XIX, contexto do pleno desenvolvimento da visão positivista do mundo (ANDRADE, 2008; CORRÊA, 2009; GOMES, 2010; MORAES, 2002, 2005) e da expansão geográfica da sociedade burguesa europeia na fase imperialista. Relacionada ao momento histórico de sua institucionalização acadêmica, esta ciência assume um caráter de ciência oficial a serviço dos interesses das elites e/ou classes dominantes (FEBVRE, 1991; GEORGE *et al.* 1980; LACOSTE, 1993), que fazem uso dos conhecimentos produzidos a serviço das forças econômicas e políticas em desenvolvimento.

O lugar e os homens, que propiciaram este impulso à Geografia dando-lhe um status científico e autônomo foram, respectivamente, a Alemanha, com Alexander von Humboldt, Karl Ritter e Friederich Ratzel, compondo a escola alemã de Geografia, tendo por base a filosofia de Immanuel Kant (1724-1804), que tinha por base o conhecimento adquirido pelos sentidos, através da percepção e a França com Paul Vidal de La Blache. Daí, a Geografia desta época ser volta para a observação e descrição da realidade estudada, conhecimento empírico, em que o tempo e o espaço constituíam-se dimensões separadas, cabendo à História ser a ciência do estudo do tempo, e a Geografia ao estudo corológico, isto é, das áreas, dos lugares (MORAES, 2005).

Conforme Andrade (2008), Humboldt (1769-1859) era botânico e, como tal, realizou uma série de viagens por diversas partes do mundo, fazendo análises das formações vegetais, relacionadas ao solo, clima e relevo. Já Ritter (1779-1859) tinha formação em história. Em seus estudos procurou fazer relações entre a população e o meio natural. Com esses dois autores, a Geografia adquire o seu caráter “físico” e “humano”, constituindo-se num ramo do conhecimento situado na fronteira das ciências naturais e sociais, nutrindo-se destes setores do conhecimento, a partir do estudo de certos fenômenos de determinadas áreas e épocas. Com Ratzel (1844-1904), a Geografia alemã vivencia o momento de expansão colonial daquele país, passando a Geografia a apresentar respostas às necessidades dessa fase de desenvolvimento político e econômico daquele território. Ratzel rompe com certos traços da filosofia de Immanuel Kant, assumindo o materialismo mecanicista inglês do sociólogo Herbert Spencer (1820-1903), trazendo para a Geografia, as concepções do cientista naturalista Charles Darwin (1809-1882), uma vez que Spencer havia feito uma leitura de Darwin passando a conceber a sociedade como um organismo em evolução (MOREIRA, 1982). Tal fato fez com que fosse atribuída a Ratzel, por parte do historiador Lucien Febvre (1991), a chamada *teoria do determinismo geográfico* e a *teoria do espaço vital*. Percebem-se com isso dois fatos importantes: a) a Geografia constituiu-se cientificamente relacionada aos interesses e necessidades do capitalismo, pois com Humboldt e Ritter ligou-se ao projeto de necessidade de unificação dos diversos reinos que compunham a Alemanha (Prússia) e com Ratzel, esteve integrada às necessidades imperialistas da burguesia alemã (MORAES, 2005). b) havia por trás desses ideais científicos da ciência geográfica em formação, uma concepção filosófica que orientava o projeto em voga, primeiro com Kant e depois com Spencer. Sendo a Alemanha um país de unificação político-territorial formado tardiamente, tendo isso ocorrido só na segunda metade do século XIX, não é de se estranhar que houvesse intensa rivalidade com outros países, sobretudo a França, já que havia neste contexto, uma acirrada disputa entre esses dois países pela hegemonia no continente europeu. Este fato acabou de certa forma, se repercutindo no processo de desenvolvimento do conhecimento geográfico, fazendo aparecer outra escola geográfica de considerável importância, a escola francesa de Geografia (ANDRADE, 2008; GOMES, 2010; MORAES, 2005), tendo no cientista Vidal de La Blache (1845-1918) o principal expoente, autor que funda e lança as bases do conhecimento geográfico francês, escola esta que influenciou inclusive a construção da geografia brasileira, por volta dos anos de 1930 (ANDRADE, 2008).

Diferente da Geografia alemã, a Geografia francesa tem em sua base o funcionalismo-positivista, de origem antropológica, concebendo a sociedade não como um organismo, mas como um todo, formada por partes, formando um conjunto unitário. Sendo o funcionalismo “[...] uma reação ao evolucionismo, a conhecida teoria que Darwin propôs para a biologia [...]”, que de certa forma no início do século XX, “[...] representava o paradigma predominante até mesmo para as ciências humanas e sociais” (MACEDO, 1998, p.71). Essa reação ao evolucionismo foi desencadeada pelos antropólogos Bronislaw Malinowsky (1884-1942) e Radcliffe Brown (1881-1955), que “[...] mudaram o paradigma evolucionista e revolucionaram [...]” a antropologia, “quando passaram a estudar os fatos culturais de cada grupo em relação às próprias instituições desse grupo [...]”, como mostra Macedo (1998, p.72).

Na Geografia, Paul Vidal de La Blache concebe “o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, porém que atua sobre este, transformando-o” (MORAES, 2005, p.81), sendo o estudo regional o centro dos trabalhos geográficos em que, mediante as *monografias regionais*, buscava compreender a relação população, clima, cultura, muito embora essa relação ficasse subentendida, uma vez que se enfatizavam os estudos monográficos sem ou com pouca relação/função entre as partes. Concebendo o homem como um *ser ativo*, que age sobre o meio, La Blache foi denominado por Lucien Febvre (1991) de *possibilista*, no sentido de ver a natureza como possibilidade e não como um fator determinante das condições humanas.

Assim, as formas de conceber e fazer o conhecimento geográfico por parte de Ratzel e Vidal de Lablache dão à Geografia, a partir do alicerce encontrado em Humboldt e Ritter, o status de Geografia científica moderna, tendo de um lado o que alguns autores chamaram de *determinismo* e, de outro, o *possibilismo*, visões metodológicas amparadas na corrente filosófica maior conhecida como Positivismo, visão de mundo cartesiana-mecanicista, em que aparecem ora o racionalismo como é o caso com Ratzel, ora o empirismo³ (o referir-se ao real) com Vidal de La Blache, heranças do sistema filosófico de Descartes (1596-1650), no sentido de que o objeto pensado é separado do sujeito que pensa, assim como o saber é separado do fazer, da prática e natureza e sociedade como dualidades (MOREIRA, 1982).

2.1 O Positivismo

É Auguste Comte (1798-1857) quem fundamenta essa corrente filosófica, também constituída em método, método *antimetafísico*, renunciando o questionamento sobre a origem e o destino do universo, bem como também as causas dos fenômenos, no sentido de buscar consagrar o descobrimento “[...] pelo uso combinado do raciocínio e observação, as suas leis efetivas [...]” (RIBEIRO JR, 1994, p.19). Um dos princípios de Auguste Comte era que todo pensamento deveria ser baseado em conhecimento científico, tendo para isso de seguir um método – *o método objetivo* – caracterizado pela observação dos fatos, em que o cientista induz por meio de dedução, indução, observação, experiência, comparação e analogia, leis de coexistência e sucessão ao fato estudado, chegando à conclusão de fatos novos. Outro princípio comtiano é a *lei dos três estados* (RIBEIRO, JR. 1994, p.19). Esse princípio evidencia sua maneira de explicar a História da humanidade, para quem teria passado por três estados: a) *o estado teológico-fictício* – os fenômenos do mundo eram explicados através das vontades de seres transcendentais e/ou sobrenaturais, como por exemplo, a explicação

³ O racionalismo e o empirismo compunham um elemento de método comum a todas as ciências, na Geografia, colocados como uma especificidade, em que “a descrição, a enumeração e a classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles” (MORAES, 2005, p.40).

mitológica do mundo e das religiões politeístas ou monoteístas; b) *o estado metafísico-abstrato*, cujos fenômenos eram explicados por meio de forças ou entes/entidades ocultas e abstratas, como por exemplo, a explicação que era dada às tempestades como acontecimentos causados pela dinâmica do ar, pois não acreditavam serem causadas por forças sobrenaturais, mas também não as tinham como explicações fundamentadas em parâmetros científicos. Por fim, c) *o estado positivo-científico* “[...] no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas” (RIBEIRO, JR. 1994, p. 20).

Ainda conforme Ribeiro Jr. (1994), para Comte todas as ciências passaram por esses dois primeiros estados, constituindo-se ciência somente de fato no terceiro estado, que é o Estado Positivo. Positivo no sentido de tudo aquilo que é real, útil, certo, preciso, relativo e orgânico, frente aos seus antônimos: irreal, inútil, incerto, vago, absoluto e inorgânico. O Estado Positivo é aquele onde se encontra a ciência embasada na fundamentação científica, representando o completo abandono de causas sobrenaturais, mitológicas, teológicas ou metafísicas (RIBEIRO, 1994, p. 20). Assim, é objeto científico nessa corrente filosófica e metodológica somente aquilo que o sujeito pode observar e demonstrar através da experimentação, ou seja, só é ciência na visão do positivismo aquelas de caráter objetivo. E foi buscando dar esse caráter objetivo a uma das formas de explicar o mundo que a Geografia se configurou inicialmente, pois ela se consolida enquanto conhecimento científico em pleno contexto de produção e apreensão de conhecimento permeado pelos ideais positivistas (CAPEL, 1983).

O positivismo designa a filosofia que busca seus fundamentos na ciência e na organização técnica e industrial da sociedade moderna emergente. Todo o arcabouço metodológico pautado nessa corrente, isto é, o próprio método científico, é o único válido para se chegar ao verdadeiro conhecimento. Nesse sentido, toda reflexão ou juízos cujo método científico não faz parte do processo que levasse à construção de tal propósito, tais como o que se prega pela metafísica, não eram considerados como conhecimento e, portanto não tinham valor nenhum. É como que se “o único conhecimento válido é o que se baseia em fatos. Por isso, a imaginação deve estar completamente subordinada à observação da realidade sensível e manipulável pela técnica” (CYRINO, PENHA, 1986, p.27).

A hierarquização do conhecimento também é outra característica do positivismo, pois Comte hierarquizou cinco ciências com o intuito de esclarecer e aplicar seus critérios de classificação: “[...] ‘a astronomia, a física, a química, a filosofia e, enfim, a física social. [...] Como resultado definitivo temos a matemática, a astronomia, a física, a química, a filosofia, e a física social’ (ANDERY *et al.*, 2006, p. 386-387). Sob o positivismo todas as ciências deveriam utilizar um método único. Exemplo disso ocorreu com as ciências sociais, surgidas no século XVIII, terem em sua essência científica, as propostas metodológicas enraizadas no positivismo já que era há muito presente nas ciências naturais e biológicas. Isso implica que “os postulados do positivismo [...] vão ser o patamar do qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade” (MORAES, 2005, p. 39; CAPEL, 1983). Daí a unicidade do fazer científico geográfico desse momento ser empirista e naturalista. Com efeito, a essência metodológica proposta pela concepção positivista “[...] es siempre el razonamiento indutivo, que parte de la observación y mediante clasificaciones comparaciones se eleva a conclusiones generales, al descubrimiento de leyes” (CAPEL, 1983, p. 270). Isso se deve ao fato da ciência geográfica ter nessa corrente filosófica como método a indução, ou seja, partir-se de proposições particulares para se chegar a conclusões gerais, pois “[...] para o positivismo, os estudos devem restringir-se aos aspectos visíveis do real, mensuráveis, palpáveis. Como se os fenômenos se demonstrassem diretamente ao cientista, o qual seria um mero observador” (MORAES, 2005, p. 39). Sendo o cientista um observador, cabê-lo-ia, portanto, descrever os fenômenos, através de regras específicas.

A primeira dessas regras diz respeito à observação, pois no positivismo, a “[...] observación es la única base posible de los conocimientos” (CAPEL, 1983, p.269). Para o positivismo tudo aquilo que não estivesse capaz de se submeter a esse primeiro princípio estava fora do real, do específico. Isso negava radicalmente a metafísica, que como o próprio nome diz se pauta no além do físico, do visível. A segunda regra “[...] se refiere a la necesidad de reducir el estudio solamente a lo que es, es decir, a los fenómenos, renunciando a descubrir su primer origen y su destino final” (CAPEL, 1983, p.269). Essa regra é mais uma crítica à metafísica, no sentido de que para se chegar ao conhecimento verdadeiro dos fenômenos deve-se renunciar às causas primeiras e ao seu fim. A terceira e última regra “[...] postula la previsión racional como destino de las leyes positivas” (CAPEL, 1983, p.269).

Todas essas regras foram seguidas a fundo pelas ciências naturais, físicas e matemáticas, ao ponto de se tornarem presentes também nas ciências sociais quando de suas origens por volta dos séculos XVIII e XIX. A concepção de sociedade como organismo, difundida pela sociologia em seus primórdios e absorvida pela Geografia como se viu anteriormente é uma consequência disso, já que foram comuns analogias orgânicas se generalizarem em diversas ciências, não escapando a Geografia a essa “determinação” no contexto de seu surgimento científico. Ratzel foi “[...] el primer geógrafo que incorporó plenamente a nuestra ciencia las aportaciones del evolucionismo biológico y de organización ecológica, [...]” (CAPEL, 1983, p. 277), sendo uma das características fundamentadas nessa corrente filosófica positivista serem os estudos que buscavam identificar os impactos dos aspectos naturais na sociedade, ou seja, as pesquisas que partem do pressuposto de que a natureza influencia o desenvolvimento da sociedade⁴.

Uma das características e problemáticas dessa Geografia ligada ao positivismo é a vaguidade de seu objeto de estudo (MORAES, 2005), isso é, sua imprecisão. Nesse sentido, uma das muitas definições comuns dessa ciência era dizer que ela estudava a superfície terrestre, o que é justificado pelo próprio significado etimológico da palavra geografia, (descrição da Terra). Assim, mediante as orientações metodológicas e filosóficas positivistas, a *Geografia Tradicional* compunha um conjunto de escolas⁵ geográficas (Escola Alemã, Escola Francesa, Escola Norte Americana, Escola Britânica e Escola Russa) de base não dialética, pois tinham suas bases fixadas pelos postulados do positivismo (GOMES, 2010; MORAES, 2005; ANDRADE, 2008).

A *Geografia Tradicional* foi classificada pela sucessão do conhecimento geográfico como uma ciência de síntese, empirista e naturalista, no sentido de buscar o fundamento comum advindo da corrente filosófica positivista, classificando-se como uma ciência “[...] que relacionaria e ordenaria os conhecimentos produzidos por todas as demais ciências” (MORAES, 2005, p.41). Uma disciplina que caberia estudar tudo o que interferisse na vida da superfície terrestre, desde os tratados pela Física até os domínios da Economia ou da Sociologia. Essa concepção vigorou no pensar e fazer geográfico, desde a segunda metade do século XIX (1870), até meados do século XX (1950) (CORRÊA, 2006), muito embora se fazendo ainda presente nos estudos e no ensino da chamada Geografia. Constitutiva dessa *Geografia Tradicional*, não se pode deixar de mencionar o **Historicismo**, uma reação ao positivismo, mas com forte ligação a ele.

2.2 O Historicismo

⁴ A esse respeito consultem-se as obras de Capel (1983), Moraes (2002; 2005), Andrade (2008) e Gomes (2010), em que há uma abordagem sobre esse autor merecida de ser entendida e conhecida por aqueles que estão introduzindo-se nos estudos da ciência geográfica.

⁵ As escolas geográficas têm a ver com a construção e propagação de ideias geográficas de determinados países.

O desenvolvimento da Geografia do século XIX à segunda metade do século XX oferece um arco interessante e diversificado de posições relacionadas à questão da oposição e interação entre positivismo e historicismo, portanto entre objetividade e subjetividade. Mediante isto é constituída, por parte da literatura geográfica, uma narrativa, que visava de certa forma, evidenciar um “confronto” entre essas duas geografias, embora existisse em meados do século XIX uma corrente filosófica – o marxismo – amparada no método: *o materialismo histórico e dialético* –, que nesse momento não acaba tendo tanta influência na ciência geográfica, exceto alguns de seus aspectos com Élisée Reclus (1830-1905) e Piotr Kropotkin (1841-1921) (ANDRADE, 1985, 2008; KROPOTKIN, 1986, 2000, 2005; RECLUS, 2002, 2005, 2010, 2011, 2012). De acordo com Barros (2010), o positivismo e historicismo se opõem fundamentalmente em três aspectos fundamentais: 1) existe uma dicotomia – objetividade/subjetividade quanto à possibilidade da História chegar ou não a leis gerais válidas para todas as sociedades humanas; 2) quanto ao padrão metodológico mais adequado às ciências humanas ser aquele de acordo com o modelo das Ciências Naturais; e 3) a posição do historiador ou do cientista humano face ao conhecimento que produz contrária àquela assumida pelo cientista “modelado” pelo positivismo, no sentido daquele imergir-se de aspectos da subjetividade do processo histórico, embora insipiente do ponto de vista do engajamento e da criticidade.

Herdeiro do Iluminismo, o positivismo chega pronto ao início do século XIX, ao passo que o historicismo, nesse período, encontra-se em vias de construção no decurso do próprio século XIX (BARROS, 2010), com influências significativas de precursores como Vico (1668-1744) e Herder (1744-1803), que já nos idos do século XVIII atentavam-se para a relatividade das sociedades humanas, indo de encontro à tendência predominante na intelectualidade da época, o Iluminismo (GOMES, 2010), que de uma maneira geral buscava pensar o homem a partir de uma razão/natureza universal e não particular.

Um dos principais embates entre positivismo e historicismo diz respeito ao contraste de suas visões sobre o homem. Para os positivistas, o homem era compreendido como uma natureza imutável, ao passo que para os historicistas o homem era um ser em movimento e em processo de diferenciação. Essa perspectiva configurou todo o processo de perceber e compreender o mundo e a realidade circundante construída por ambas as visões paradigmáticas. Ou seja, naquela visão de homem herdada dos iluministas e que os positivistas apreenderam, procurava-se enxergar o homem como universal e com uma natureza imutável. Os historicistas, ao contrário buscavam perceber na diferença, o movimento. Ao invés de buscar o universal, o historicismo buscava perceber a diferença, a singularidade, o específico, o singular, o particular como se pode citar o exemplo das *monografias regionais* de Vidal de La Blache, em que o ponto de partida eram os *gêneros de vida* da população⁶. Assim, a busca pela apreensão da realidade singular era premissa dos estudos amparados na concepção historicista, fato que contribuiu significativamente para que as ciências humanas viessem buscar métodos próprios, e não mais procedimentos emprestados às ciências da natureza. Tanto o positivismo como o historicismo foram frutos de uma mesma realidade da época, a busca pela “[...] modernização política que viabilizasse aquele desenvolvimento industrial que atenderia às exigências da burguesia triunfante, e ao mesmo tempo conservar alguns privilégios sociais da nobreza” (BARROS, 2010, p.86). Mediante esse viés, o positivismo e o historicismo ofereceram respostas diferenciadas, ou seja, “o positivismo francês oferecia o consenso com base na ideia de universalismo; o historicismo alemão buscava proporcionar o consenso social ancorado na ideia de nacionalismo” (BARROS, 2010, p.87).

⁶ Vide, dentre outros, Haesbaert, Pereira, Ribeiro (2012, p. 9-182).

Importa neste ensaio compreender que a dicotomia entre o positivismo e o historicismo é de fundamental importância para se compreender a forma como a Geografia se desenvolveu enquanto campo do conhecimento científico, não impedindo de certa forma que no estágio de conhecimento atual possa se combinar aspectos de uma corrente filosófica e de outra. Buscando compreender melhor esse fato, debruça-se sobre alguns aspectos “da Escola Metódica da historiografia francesa do final do século XIX, constituída por historiadores que [...] combinam uma certa reverência positivista com a factualidade do historicismo mais retrógrado” (BARROS, 2010, p.98), chegando não ser nem uma coisa nem outra: nem positivistas, nem historicistas “puros” como é o caso de Vidal de La Blache. Aliás, assim foi também, na essência, com Ratzel, na Alemanha, quando combina o ideal particularista refletido no anseio nacionalista de cunho historicista, com a visão universal e imutável de homem posta pelo positivismo, proveniente, sobretudo do *evolucionismo* de Darwin (2009).

Segundo Capel (1983), nos últimos anos do século XIX diversas mudanças importantes ocorreram no panorama científico e filosófico europeu, dentre elas aquela que se configurou como uma reação ao positivismo e ao naturalismo, pondo em questão princípios antes inquestionáveis. No plano da Geografia, isso coincide com o desenvolvimento da chamada escola regional e de paisagem, “[...] con la afirmación del carácter ideográfico de la ciencia, con la exaltación del problema del posibilismo, y con una inflexión en la metodología científica, que acepta ahora facultades como la intuición y desvía el objetivo hacia la comprensión de una realidad considerada compleja” (CAPEL, 1983, p. 313). Tem-se aqui uma clara manifestação do historicismo na Geografia, com a valorização dos aspectos específicos, individuais (idiográficos) das áreas, valorizando a abordagem etnográfica, isto é, tratando historicamente alguns aspectos, como os populacionais. No entanto, com resquícios positivistas.

A busca pela valorização dos aspectos históricos enquanto característica essencial da realidade humana em que os indivíduos e os grupos sociais atuam, levou a exaltação da história, no sentido de que “[...] la expresión ‘Historicismo’ llega a designar a una de la más caracterizadas corrientes [filosóficas] de la creación antipositivista” (CAPEL, 1983, p.315). Apesar disso, não ocorreu, de fato, uma ruptura com a corrente filosófica positivista, pois a valorização, por parte do historicismo de um princípio da unidade funcional terrestre enquanto um todo harmônico, se configura como uma premissa positivista, presente, por exemplo, na obra de Vidal de La Blache. Nesse sentido, como principal expoente da presença da corrente filosófica historicista na Geografia, La Blache ao buscar a especificidade e unidade desta ciência, acaba caracterizando-se por um complexo cruzamento de influências. Sobressaindo-se como um historicista, nele está presente também premissas do funcionalismo⁷ e do Positivismo, a grande característica da época. Dessa forma, é nesse intercruzamento de correntes filosóficas, marcado pelas disputas imperialista, que se insere as contribuições geográficas de Paul Vidal de La Blache.

A forte tendência de separação entre ciências naturais e humanas vai impor a La Blache uma tentativa de garantir um método à Ciência geográfica a partir do historicismo, criticando os trabalhos de Ratzel e o positivismo evolucionista afirmando, que não tinham a neutralidade pretendida, sobressaindo-se os interesses políticos (MORAES, 2005). As críticas

⁷ Sob as premissas do Historicismo, a Geografia Regional Francesa dá ênfase aos conceitos de região e gênero de vida, no sentido de buscar uma unidade entre fatores físicos e humanos. De cunho funcionalista, era uma resposta dos grupos às possibilidades do meio onde se inseriam, sendo uma herança histórica em que formava um todo harmônico, que era a região. Os gêneros de vida e as regiões constituiriam organismos vivos, sendo parte de um conjunto, isto é, a nação. Para compreendê-los seria “[...] necessário um contato íntimo [...], tornando-se imprescindível, nesta tarefa, fazer uso das facultades subjetivas do homem, como a sensibilidade e a intuição” (LENCIONI, 2009, p. 87).

de La Blache à clara postura política de Ratzel acabam encobrendo seu próprio caráter ideológico, pois segundo Lacoste (1993, p.57) Vidal de La Blache neutraliza “[...] ‘fisicamente’ os fundamentos da ideologia nacional”, assumindo um historicismo conservador, em que as regiões teriam existência própria e as fronteiras seriam *a priori*, “dadas”. Por isso, o historicismo, assim como o positivismo, validavam a conjuntura política, econômica e social existente, já que as análises por meio dessas correntes eram análises harmoniosas (BRAY, 1977) e pouco críticas da realidade da época. Como exemplo de alguns desses aspectos pode-se citar La Blache (1954, p.40; 277-278), onde aparece certos aspectos do evolucionismo biológico, quando analisa os gêneros de vida dos povos primitivos e sua dependência com o meio, onde segundo o autor, a tendência seria, a partir das condições naturais formar-se gêneros de vida diferenciados.

As análises do espaço fundamentadas no historicismo procuravam compreendê-lo como um produto de relações humanas, em que os aspectos naturais seriam importantes, mas a intervenção humana com a técnica, a economia e a política, seriam consideradas como principais definidoras do desenvolvimento ou não de cada região, embora esses aspectos “pouco” apareçam nas obras, sobressaindo-se um cruzamento de influências. E isso se deve com certeza ao contexto histórico, pois “positivismo, [e] historicismo, [...] inspirados na filosofia iluminista, no idealismo alemão e no desenvolvimento do romantismo, constituem as trilhas de desenvolvimento da Geografia moderna” (LENCIONI, 2009, p.87), compartilhando o mesmo tempo histórico, estando ainda, de uma forma ou de outra, presentes na maneira como se organiza o ensino e a pesquisa em Geografia na contemporaneidade.

3 As Correntes Filosóficas que Influenciam o Ensino e a Pesquisa em Geografia

De uma forma geral são três as correntes filosóficas que influenciam o ensino e a pesquisa em geografia na contemporaneidade. Fundamentada numa linguagem matemática e pregando a neutralidade da ciência, a corrente filosófica neopositivismo, também chamada positivismo lógico, considera as temáticas espaciais na apreensão da realidade a partir da dedução, da abstração e na elaboração de modelos explicativos. A corrente marxista baseada no materialismo histórico como doutrina e na dialética como método pauta-se numa busca pelas contradições dos processos inerentes ao temário geográfico. Por fim, a corrente filosófica fenomenológica assenta-se na subjetividade, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo, privilegiando o singular e não o particular ou o universal na compreensão dos fenômenos geográficos.

3.1 O Positivismo Lógico ou Neopositivismo

Com o término da Segunda Guerra Mundial (1945), as diversas transformações econômicas, políticas e socioespaciais decorrentes desse fato, fizeram com que a ciência buscasse novos paradigmas. Nesse sentido, a resposta foi encontrada no positivismo, mas de uma maneira renovada, o chamado Neopositivismo ou Positivismo Lógico. Nesse contexto, a Geografia buscou apoiar-se nessa corrente filosófica, extraindo dela os elementos metodológicos de produção do conhecimento geográfico, fato que o levou a renovar-se, passando a ser denominada de *Nova Geografia* pelos anglo-saxões (MORAES, 2005; ANDRADE, 2008; GOMES, 2010), em contraposição àquela Geografia que se praticava até então, de base positivista, conhecida como *Geografia Tradicional*, ou Velha Geografia europeia.

De acordo com Sposito (2004), a corrente filosófica neopositivista ou positivismo lógico tem suas origens no Círculo de Viena, escola filosófica, fundada em 1920 por um

grupo de lógicos e filósofos da ciência, que se destacou ao buscar recuperar a discussão do que era científico, por meio da linguagem matemática. Influenciado pelos princípios filosóficos dessa associação, o filósofo austríaco Karl Popper (1902-1994), buscou uma visão materialista da realidade, discutindo o empirismo que passou a ter forte influência na Geografia, pois esta ciência considerava fundamental a abordagem do empírico “[...] tanto para a produção da informação geográfica quanto para a análise a partir da observação [...]” (SPOSITO, 2004, p.32). Vale ressaltar que nessa corrente filosófica, a observação e o trabalho empírico só aparecem no final do método e não mais no início como na chamada Geografia Tradicional. Fundamentado na filosofia do Círculo de Viena, Popper só reconhecia um sistema empírico caso pudesse ser comprovado pela experiência⁸. Dessa forma, “a lógica da pesquisa e dos procedimentos científicos para se elaborar conhecimentos, para a tendência neopositivista, teria que se adequar a um sistema lógico de raciocínio, a uma linguagem específica (a linguagem matemática)” (SPOSITO, 2004, p.33). Para obter informação empírica de uma realidade qualquer, o geógrafo deveria recorrer às técnicas de coleta descritivas ou de análise de conteúdo, utilizando-se de dados secundários, obtidos por questionários e entrevistas, como técnicas de investigação (SPOSITO, 2001).

Como principais características dessa corrente filosófica estão aquelas elencadas por Sposito (2004), quais sejam: a) a linguagem matemática; b) a experiência e experimentação como razão lógica; c) a falseabilidade como único mecanismo verdadeiro para qualquer enunciado; d) o conhecimento estruturado na ideia de progresso; e) a universalização do enunciado científico. A essas características, somam-se uma concepção de ciência baseada na causalidade e na percepção empírica abstrata (empirismo abstrato, onde ocorre a abstração da realidade), expondo isso por meio de uma linguagem matemática, sendo a objetividade o processo cognitivo centralizado no objeto dedutivo, já que tinha o objeto destituído de conotações subjetivas, acriticidade, concebendo a História como categoria de preocupação sincrônica e linear. Com relação à realidade, (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica), concebe-a como parte de uma visão fixa, pré-definida (SPOSITO, 2001).

A Geografia neopositivista caracteriza-se pelo recurso aos modelos e à linguagem matemática como elementos universais da produção científica, utilizando-se no plano metodológico da quantificação dos modelos e da teoria dos sistemas, uma vez que o propósito dessa corrente filosófica é dar um caráter científico à Geografia, acusada nos idos de 1950 de se preocupar apenas com o passado (CAPEL, 1983; ANDRADE, 2008; MORAES, 2005; GOMES, 2010). Nesse sentido, a Geografia fundamentada na corrente filosófica neopositivista tomou como base a ideia de que a matemática seria a linguagem das ciências, acreditando que seria possível a transferência de teoria e conhecimento de outro campo científico, buscando a partir disso, fazer uso de técnicas estatísticas e matemáticas para a exatidão e confiabilidade dos resultados (CAPEL, 1983; ANDRADE, 2005; GOMES, 2010). Por isso essa geografia ficou conhecida como *Geografia Teorético-Quantitativa*. Buscavam-se com isso, “[...] estabelecer uma metodologia que pudesse fazer da geografia moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2010, p.229). A chamada Geografia Física tem por base esses princípios, pois em suas abordagens temáticas é significativo o maior rigor com relação à aplicação da metodologia científica, o desenvolvimento de teorias, o uso de técnicas estatísticas e matemáticas, a abordagem sistêmica e o uso de modelos (CHRISTOFOLETTI, 1982).

3.2 O Marxismo

⁸ Experiência aqui significa verificação científica, contrário do sentido dessa mesma expressão na Geografia fenomenológica, que significa vivência do sujeito no lugar.

Mediante as complexidades das transformações econômicas, políticas e socioespaciais decorrentes do término da Segunda Guerra Mundial, e acentuadas, sobretudo, a partir dos anos de 1970 com o rápido processo de mundialização do capital e das ideias neoliberais, cujas marcas de um *desenvolvimento desigual* (SMITH, 1988) e combinado se fazia mais presente nas formações socioespaciais, mais uma vez as ciências sociais passam a buscar uma nova maneira de apreenderem o real. Exemplo disso é a Geografia, que não conseguia mais com os métodos vigentes por ela utilizados de base neopositivista, se contentar com as interpretações da realidade, buscando na filosofia marxista uma nova concepção de método, o chamado materialismo histórico-dialético. A corrente filosófica marxista compreende as ideias filosóficas, econômicas, políticas e sociais concebidas por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Tomando por base a materialidade e a dialética⁹ da História, esses autores buscaram interpretar a realidade social, econômica e política de seu tempo, enfatizando a dinâmica da base produtiva da sociedade capitalista e as lutas de classes daí resultantes. Nessa corrente filosófica o homem é apreendido como um ser social histórico, que a partir do tempo, desenvolve a produtividade do trabalho, diferenciando-se dos demais animais, produzindo as condições materiais de existência do qual passa a ser determinado e determinante. É uma atitude crítico-superativa do capitalismo (MOREIRA, 2004). Tal motivo levou Sartre (2002, p.14) a afirmar que o marxismo seria “[...] a insuperável filosofia de nosso tempo [...]”, tempo da vigência histórica do sistema capitalista.

Sua presença na Geografia e nas ciências humanas se faz mediante uma reação ao Positivismo e/ou ao Neopositivismo. A abordagem empírica, nessa corrente filosófica, é caracterizada pela realização de técnicas não quantitativas, muito embora as equações matemáticas, expressas em gráficos, tabelas sejam utilizadas, sendo mais característico a análise de discursos, bem como a incorporação dos dados contraditórios que se exprimem “[...] em diferentes técnicas de investigação como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, as entrevistas e, como atitudes básicas da pesquisa científica, a observação, a análise e a interpretação” (SPOSITO, 2001, p.102).

De acordo com Moreira (2004), na história do pensamento geográfico, em dois momentos se deram o encontro entre o marxismo e a Geografia. O primeiro se deu na década de 1950, com o grupo dos geógrafos franceses da chamada Geografia ativa¹⁰, que buscavam tecer posicionamentos contra a Geografia de base neopositivista. O segundo ocorreu nos anos 1970, congregando os denominados ativistas da Geografia radical francesa, até os geógrafos brasileiros da chamada Geografia crítica, em que o propósito era repensar teoricamente a

⁹ O método no marxismo busca explicitar as contradições dos fenômenos, considerando a realidade, isto é, o homem, o sujeito, o objeto, a ciência e a construção lógica, numa perspectiva dinâmica e conflitiva, processual. A corrente filosófica marxista busca desvendar conflitos de interesses, elegendo categorias de análise, questionando sempre a visão estática que o positivismo e o neopositivismo e também o historicismo são acusados de terem sobre a sociedade, dando ênfase à dinâmica, aos processos históricos decorrentes da organização social. Dessa forma, O marxismo tem na dialética o seu ponto de partida. Dialética enquanto um método de abordagem dos fatos focado na contradição e contraposição. A dialética de inspiração hegeliana, já que foi Hegel quem dizia que a realidade poderia ser compreendida pela dialética em um sistema de lógica com a tríade *tese*, *antítese* e *síntese* (KONDER, 2008). Tese sendo uma proposição formulada à qual se opõe uma *antítese* (argumentação contrária à tese), tendo como resultado desse confronto a *síntese*. Aplicando isso ao mundo das ideias, Hegel consolida a dialética. No entanto, rejeitando o mundo das ideias e se voltando para uma explicação da realidade a partir da materialidade, Marx rejeita o humanismo e a dialética hegeliana, afirmando ser indispensável compreender a realidade histórica em suas contradições, para tentar superá-las dialeticamente (KONDER, 2008) fundando, juntamente com Engels o materialismo histórico e dialético, entendendo a sociedade humana como condicionada pela sua base material, capital e matérias-primas e pelos meios de produção.

¹⁰ A este respeito, consultar GEORGE, Pierre *et al.* **A Geografia ativa**. 5. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1980.

Geografia, com o intento da discussão de seu objeto e sua epistemologia, como fica expressa na obra do geógrafo brasileiro Milton Santos, um dos expoentes dessa geografia no Brasil e que também é marcado pelas influências do pensamento fenomenológico em seus escritos como se percebe em sua *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, Santos (2009) e outros escritos deste autor.

3.3 A Fenomenologia

Nesse mesmo período, concepções de cunho humanista se tornam mais evidentes, surgindo interpretações da realidade humana de base filosófica do humanismo e das ciências do significado e do existencialismo. A procura pela valorização da experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares, se torna uma concepção metodológica assumida por alguns autores na Geografia, dando a esta ciência mais uma possibilidade de apreensão do seu objeto de estudo – a dimensão e/ou manifestação espacial dos fenômenos analisados. Assim, a Fenomenologia é a linha de pensamento filosófica que permeia as discussões desse paradigma geográfico.

A Fenomenologia é uma corrente filosófica difundida por Edmund Husserl (1859-1938), constituindo-se numa crítica à metafísica e ao positivismo, visando à construção de uma abordagem epistemológica e ontológica fundamentada não em pressupostos teóricos, mas na vivência dos sujeitos em suas relações com o mundo. A partir de Husserl, vários filósofos se preocuparam com a Fenomenologia, dentre eles Martin Heidegger, Merleau-Ponty, Jean-Paul Sartre, Emanuel Lévinas, Paul Ricoeur. Cada um, com suas reflexões próprias, buscaram novas perspectivas e compreensões para essa corrente filosófica. Vale ressaltar desde já, que essa distinção ainda é confusa na Geografia, bastando para isso observar pesquisas de pós-graduação, que tomam como orientação metodológica essa corrente fenomenológica, sendo aí um campo carecedor de análises, fato que foge ao escopo deste trabalho.

Diferente do positivismo, a Fenomenologia não busca priorizar nem o sujeito, nem o objeto, mas compreender a relação indissociável que se manifesta pela estrutura da vivência e da experiência, buscando superar a dicotomia sujeito-objeto. Compreende que o homem é sujeito e objeto do conhecimento, vivenciando intencionalmente sua existência, dando sentido e significado aos processos configurativos do ter-de-ser do homem. Nesse sentido, sustenta-se no método fenomenológico-hermenêutico (SPOSITO, 2004), isto é, busca interpretar e compreender o fenômeno diretamente sem intermediário, uma vez que “[...] é absolutamente indicativo de si mesmo” (SARTRE, 2013, p.16), cabendo ao pesquisador interpretá-lo, compreendê-lo, a partir da história de vida, do discurso próprio dos sujeitos envolvidos, pesquisa participante, entrevistas, relatos de vivências, observação, práticas alternativas e inovadoras criadas a partir da postura do investigador, com interesses em desvelar as características do objeto/fenômeno.

A fundamentação teórica é baseada na postura do pesquisador, podendo recorrer a raciocínios dialéticos ou à indução. A historicidade enquanto recurso do historicismo e do marxismo, segundo Sposito (2001, p. 105) “[...] é ausente nessa tendência, pois há, por parte do pesquisador, uma preocupação que podemos denominar exacrônica”, já que o mesmo visa uma compreensão lógico-subjetiva de enfoque totalizante, isto é, holístico, embora privilegiando o singular. Essa corrente filosófica tem sido utilizada, com significativa consistência pela chamada Geografia humanista e cultural, na busca pela interpretação e compreensão das manifestações culturais de grupos específicos e do cotidiano dos fenômenos analisados. Dessa forma, “como uma tendência que foi, aos poucos, conquistando adeptos em

todo o Brasil, tivemos a consolidação da Geografia Cultural, também como uma afirmação da importância mais recente do método fenomenológico, embora não único, mas como um dos principais paradigmas” (SPOSITO, 2001, p.107-108). A corrente filosófica fenomenologia é, pois, uma crítica à Geografia lógico-positivista. Assenta-se na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo.

Toda essa discussão levou o entendimento dessas correntes filosóficas quanto suas influências na construção científica e na pesquisa geográficas. E no ensino, como se manifestam e/ou que aspectos influentes delas podem-se considerar como marca do processo de ensino da Geografia?

3.4 Correntes Filosóficas e o Ensino de Geografia

Na contemporaneidade, o ensino da Geografia Escolar caracteriza-se por diversas orientações teóricas e metodológicas, de uma forma ou de outra, ligadas a essas correntes filosóficas. Segundo Gomes (2010), a produção do conhecimento na ciência moderna estruturou-se em dois polos epistemológicos surgidos no Século das Luzes (século XVIII) ou Iluminismo. Tais polos são representados, de um lado, pelos racionalistas e, de outro, pelos anti-racionalistas. Conforme esse autor, os racionalistas conduziram uma “lógica coerente”, generalizadora e pragmática, em que o pensamento se constitui na capacidade normativa de julgamento da realidade e a ciência na esfera capaz de normatizar sistematicamente os princípios do pensamento, criando modelos e sistemas explicativos para a realidade, tal qual pode-se perceber com a corrente positivista e marxista. O anti-racionalismo é considerado por Gomes (2010) como a contracorrente que relativizava a razão humana como matriz do conhecimento, em que as particularidades de cada período e de cada cultura constituíam a compreensão do sentido das coisas. Dessa forma, ao passo que os racionalistas valorizavam a explicação, os anti-racionalistas valorizavam a compreensão dos fenômenos estudados. Esses polos possibilitaram importantes orientações didáticas para o ensino da Geografia, pois são neles que se assentam as perspectivas da Geografia Escolar, quais sejam: o positivismo, o materialismo histórico e dialético e a fenomenologia, todas essas correntes filosóficas com maior ou menor ênfase vêm influenciando epistemológica e didaticamente o ensino da Geografia, seja no âmbito da universidade, seja nas escolas.

Do ponto de vista do ensino da Geografia, a corrente filosófica positivista influenciou o modelo didático tradicional de ensino e aprendizagem da Geografia, conforme pode-se perceber em García Pérez (2000). O modelo tradicional de ensino e aprendizagem da Geografia constitui-se no princípio de que o conhecimento científico, acadêmico é o único conhecimento verdadeiro e, portanto, é papel da escola guiar-se por ele, sendo sua aquisição decorrente da transmissão. Nesse modelo, para que o ensino e a aprendizagem ocorram basta que o professor tenha uma boa formação capaz de proporcionar-lhe acesso aos conteúdos científicos da disciplina para transmitir aos alunos. Esse ideário ainda presente¹¹ na formação e na prática do professor de Geografia é fortemente marcado pela concepção de que para ensinar basta possuir conteúdos, pois a premissa é *transmiti-los* aos alunos. Esse modelo e prática foi fortemente criticado por Freire (2011). A didática se caracteriza pelo estudo descritivo e pela memorização dos conteúdos, já que há uma estruturação mecânica dos conteúdos divididos em aspectos físicos, humanos, econômicos, sociais, ambientais etc. Dessa forma, fornece aos alunos uma descrição das áreas estudadas com a memorização de nomes dos aspectos relacionados.

¹¹ De acordo com Souza (2011, p.51), “apesar de haver forte oposição contra esse modelo de Geografia na atualidade, as bases epistêmicas para esse tipo de conhecimento ainda é forte na disciplina”.

Oposto a esse modelo de ensino e aprendizagem, mas constitutivo didaticamente de parte dos mecanismos do modelo tradicional, perdura o modelo baseado no materialismo histórico e dialético de base marxista, que influenciou o desenvolvimento de um modelo didático caracterizado por fazer intensas críticas ao modelo didático tradicional de ensino e aprendizagem e por buscar uma formação do aluno centrada na crítica ao modelo socioeconômico, político e cultural capitalista. De acordo com Souza (2011), nesse modelo busca-se formar para a prática e superar as perspectivas academicistas destituídas da realidade escolar.

Um terceiro modelo de ensino e aprendizagem ainda se faz presente no ensino da Geografia. Isso significa que os modelos didáticos de ensino e aprendizagem da Geografia de perspectivas crítica e tradicional não se constituem como os únicos. Nesse sentido, a abordagem humanista contemporânea vem recebendo crescente atenção dos geógrafos brasileiros, fazendo-se presente, ainda de forma acanhada no ensino da Geografia ao trazer para esse processo, a partir da fenomenologia e do existencialismo, interpretações de aspectos do mundo vivido dos alunos ao introduzir os conceitos de lugar e paisagem. Apesar disso, a perspectiva fenomenológica ainda não efetivou práticas escolares sólidas, já que o ideal seria trabalharem-se, com valores, sentimentos, metas e propósitos. Assim como na perspectiva marxista, do ponto de vista educacional é enviesada de mecanismos didáticos semelhantes àqueles do modelo tradicional.

4 Considerações finais

Acredita-se que as discussões propostas neste trabalho possam auxiliar na compreensão do conhecimento científico, na pesquisa e no ensino da Geografia, já que foi evidenciado um pouco da sua complexidade. A ausência da compreensão da visão de mundo (correntes filosóficas), que fundamentam cada pesquisador e correntes do pensamento geográfico, no processo de elaboração da investigação da realidade bem como de seu ensino pode comprometer a compreensão da Geografia enquanto ciência, sendo as discussões acima auxílio introdutório nesse sentido. Logo, o caminho histórico-epistemológico é extremamente fundamental na compreensão da ciência e, que ao se buscá-lo devem ser consideradas as diferentes formas de interpretar a realidade, as quais se encontram ligadas à(s) determinada(s) corrente(s) filosófica(s).

Do ponto de vista da ciência, essas correntes filosóficas não podem ser desprezadas, muito embora exista para superar uma a outra. Com o Positivismo pode-se analisar dados empíricos resultantes de pesquisa de campo, classificá-los e ordená-los, buscando conclusões baseadas nesse empirismo, que somadas a outras formas de amparo do método, se tornam fundamentais na elucidação de aspectos do fenômeno pesquisado. Com o Historicismo se pode apreender certos aspectos dos grupos em seu transcurso existencial, que somando à dialética possibilita a elucidação de aspectos qualitativos, que auxiliam na melhor análise dos dados e na busca de soluções, evidenciando as contradições nessas conclusões, e propondo a superação dessas contradições como síntese. Com o Neopositivismo, a preocupação com o rigor científico ajuda na universalização de princípios técnicos, já que isso é importante no desvelamento do fenômeno e de seus aspectos. Por fim, com a Fenomenologia a compreensão e interpretação dos fenômenos, a partir dos aspectos que eles apresentam por si, cuja existência humana é o fundamento, auxilia na análise espacial da diversidade de determinados aspectos socioculturais ligados à dimensão cultural, propulsores de práticas espaciais e configurações territoriais.

É com esse olhar que se pode contribuir com o debate filosófico sempre aceso e dinâmico e necessário na superação das religiões e/ou igrejas que se configuram na Geografia mediante a existência de grupos de pesquisa. A ciência se (re)faz. E é dentro do processo epistemológico que deve ser compreendida e apreendida.

Ao querer-se compreender a Geografia contemporânea é preciso insistir na interface com a Filosofia, haja vista as correntes neopositivista, marxista e fenomenológica-hermenêutica configurarem os paradigmas metodológicos mais influentes na produção do conhecimento e ensino geográficos. Isso significa, que longe de ser uma proposta acabada, este texto propôs-se contribuir com os debates para que possa se vislumbrar as possibilidades de superação da crise paradigmática, que apesar de já tanto ter sido escrita, ainda carece que se busque sua superação.

5 Referências

ANDERY, Maria Amália. [et. al.]. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 15. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Geografia: ciência da sociedade**. 2 ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ARAÚJO, Rita de Cássia, FERNANDES, Eliane Moury. **O Fio e a trama: depoimento de Manuel Correia de Andrade**. Recife: Universitária, 2002.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v.1, n.2, p.73-102, maio/ago. 2010.

BRAY, Silvio Carlos. Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.54, p.29-37, 1977.

CAPEL, Horácio. **Filosofía e ciencia em la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1983. (Temas Universitários).

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **As perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.15-34.

_____. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**, v.7, n.1, número especial, p.59-65, out. 2011.

CYRINO, Hélio; PENHA, Carlos. **Filosofia hoje**. 2. ed. Papyrus, Campinas, 1986.

DARWIN. Charles. **A Origem das espécies**. Leça da Palmeira/Portugal: Planeta Vivo, 2009. (Coleção Planeta Darwin).

FEBVRE, Lucien. **A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história.** Lisboa: Cosmos, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GARCÍA PÉREZ, Francisco F. Los modelos didácticos como instrumento de análisis y de intervención en la realidad educativa. **Biblio 3W.** Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. N. 207, febrero de 2000. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-207.htm>>. Acesso em 06-06-2015.

GEORGE Pierre *et al.* **A geografia ativa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sergio, Nunes; RIBEIRO, Guilherme. (Orgs.). **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

KROPOTKIN, Piotr. O que a Geografia deve ser. São Paulo: **Seleção de Textos**, n.13, p.1-9, mar. 1986.

_____. **O Estado e seu papel histórico.** São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. **Palavras de um revoltado.** São Paulo: Imaginário, 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Coleção Debates).

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de geografia humana.** 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: Edusp, 2009. (Acadêmica; 25).

LIVINGSTONE, David N. **The geographical tradition: episodes in the history of a contested enterprise.** Oxford: Blackwell, 1993.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Funcionalismo. **Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos**, v.1, n.2, p.71-88, 1998.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.21-37, 2004.

RECLUS, Élisée. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. São Paulo: Imaginário e Expressão & Arte, 2002.

_____. Prefácio. In: KROPOTKIN, Piotr. **Palavras de um revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

_____. **O homem e a terra: Educação**. São Paulo: Imaginário e Expressão & Arte, 2010.

_____. **Anarquia pela educação**. São Paulo: Hedra, 2011.

_____. KROPOTKIN, Piotr. **Escritos sobre educação e geografia**. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **O que é positivismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n.5. p.9-20, 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. 4. ed São Paulo, Ed. Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**: precedido por questões de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Vanilton Camilo de. Fundamentos teóricos, epistemológicos e didáticos no ensino da Geografia: bases para formação do pensamento espacial crítico. **Revista Brasileira de Educação Geográfica**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.47-67, jan./jun. 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na geografia contemporânea. **Terra Livre**. São Paulo, n.16, p.99-112, 1º. Semestre, 2001.

_____. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.